

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

PROAD 1194/2026

Data e horário: 10 de jul. de 2026 14:00 BRT

Local: Híbrida: Salão Nobre e via Google Meet



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

PARTICIPANTES			
Portarias TRT4 nº 288/2026			
NOME DO(A) INTEGRANTE OU CONVIDADO(A)	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Desembargador a REJANE SOUZA PEDRA	Gestora Regional do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	☒	☐
Juíza MARCELA CASANOVA VIANA ARENA	Gestora Regional do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	☒	☐
Desembargador MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO	Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro	☐	☐
Juiz MÁRCIO LIMA DO AMARAL	Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro	☒	☐
Desembargador MANUEL CID JARDON	Gestor Regional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	☒	☐
Juiz CHARLES LOPES KUHN	Gestor Regional do Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	☒	☐



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

Juíza LÚCIA RODRIGUES DE MATOS	Gestora Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	☐	☒
Juíza MILENA ODY	Gestora Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	☒	☐
Desembargador a BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS	Indicada pela Presidência	☒	☐
Desembargador LUIS CARLOS PINTO GASTAL	Indicado pela Presidência	☒	☐
Juiz RUI FERREIRA DOS SANTOS	Titular da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, especializado em Acidentes do Trabalho	☐	☐
Juíza ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES	Participante do Programa Nacional Trabalho, Justiça e Cidadania	☒	☐
Juiz HORISMAR CARVALHO DIAS	Indicado pela Presidência	☐	☒
Juiz LUIS FETTERMANN BOSAK	Indicado pela Presidência	☐	☐
Juíza MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA	Indicada pela Presidência	☒	☐
Juíza VALDETE SOUTO SEVERO	Indicada pela Presidência	☒	☐
Servidora	Servidora da	☐	☒



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

ROBERTA LIANA VIEIRA	Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos		
Servidora ANITA CRISTINA DE JESUS	Servidora da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos (Convidada)	☒	☐
Servidora GABRIELA MILANI LEAL	Servidora da Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos (Convidada)	☒	☐
Servidora CAROLINE BERTOLINO	Assessora da Assessoria de Justiça Restaurativa	☒	☐
Servidora IRENE OLIVEIRA DE ARAUJO CESARIO MARTINEZ	Servidora da Assessoria de Justiça Restaurativa	☒	☐
Servidora MARIA AUGUSTA KINNEMANN	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas	☒	☐
Servidora FABIANA PERDOMO	Diretora da Secretaria de Saúde e Assistência	☒	☐
Servidor MARCO AURELIO VASCONCELL OS AZEREDO	Médico da Secretaria de Saúde e Assistência	☒	☐
Servidor RAFAEL CAETANO SILVA DA ROCHA	Médico da Secretaria de Saúde e Assistência	☒	☐



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

Justificativas: Dra. Lucia e Dr. Horismar em férias. Servidora Roberta em licença.

Unidade de apoio executivo: ASPRODEC

Secretária: Anita Cristina de Jesus, Servidora da Asprodec

PAUTA

Assunto 1, Retorno dos Comitês de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e da Discriminação do 1º e 2º Graus sobre proposta da CDHTD;

Assunto 2, Informes sobre o andamento do 4º Concurso Cultural de Direitos Humanos da Justiça do Trabalho nas Escolas;

Assunto 3, Pedido de reunião com o MTE e o MPT para tratar da operação que identificou 142 adolescente em trabalho infantil nas fábricas de calçados no RS;

Assunto 4, Saúde mental no ambiente de trabalho.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pela Des. Brígida Joaquina Charão Barcelos, Coordenadora. Foram registradas as deliberações e resultados a seguir enumerados.

Assunto 1, Retorno dos Comitês de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e da Discriminação do 1º e 2º Graus sobre proposta da CDHTD:

Os Comitês de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e da Discriminação do 1º e 2º Graus informam que estão de acordo com uma consulta dirigida aos(as) servidores(as) para identificar possíveis ações a serem realizadas na temática de combate ao assédio, fortalecendo, assim, o diálogo institucional e abrindo um canal para o recebimento de sugestões. De acordo com os colegiados,



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

é possível incluir a consulta na pesquisa de clima, que deverá ser realizada ainda em 2026.

Desa. Brígida mencionou que fará uma reunião com a Assessoria de Justiça Restaurativa no dia 10 de agosto. Dr. Márcio irá participar da reunião.

J. Maria Teresa informou que foi publicada a IN nº 59 do TRF da 4ª Região que dispõe sobre o ressarcimento com despesas de saúde mental aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde da Justiça Federal. Mencionou que algo similar poderia ser pensado para o TRT4.

Desa. Brígida sugeriu a criação de uma rede de apoio estrutural/organizacional para prestar assistência direta aos(as) magistrados(as) no caso de servidores(as) que estejam em fruição de licença-saúde, nos mesmos moldes da antiga formatação do SAGA, quando cedia servidores(as) de forma temporária para gabinetes com déficit de pessoal.

Deliberações/Resultados: Propor à Presidência a criação de uma rede de apoio estrutural/organizacional para prestar assistência direta aos(as) magistrados(as) no caso de servidores(as) que estejam em fruição de licença-saúde, nos mesmos moldes da antiga formatação do SAGA (Serviço de Apoio aos Gabinetes).

Assunto 2, Informes sobre o andamento do 4º Concurso Cultural de Direitos Humanos da Justiça do Trabalho nas Escolas:

A Asprodec comunicou a conclusão, no último dia 22 de junho, da etapa das visitas nas dez escolas participantes do Concurso. A partir de agora, está aberto o prazo para envio dos trabalhos pelas instituições até o dia 30 de julho. As inscrições para as Comissões Julgadoras já foram concluídas e conseguiram contemplar a quantidade de interessados necessária. Nos primeiros dias de agosto, os trabalhos serão enviados para correção. Ao final do mês, haverá a finalização das correções com a apuração dos vencedores. A comunicação à Seduc/RS dos vencedores se



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

dará até o dia 04 de setembro. A cerimônia de premiação está prevista para ser realizada no dia 27 de outubro. As tratativas com a Receita Federal para destinação de mercadorias seguem em andamento.

Deliberações/Resultados: Não há deliberação, apenas informe.

Assunto 3, Pedido de reunião com o MTE e o MPT:

Pedido de reunião com o MTE e o MPT para tratar da [operação que identificou 142 adolescente em trabalho infantil nas fábricas de calçados no RS](#), sugerido pelo Des. Jardón e J. Charles. O assunto foi debatido previamente à reunião e entendeu-se que o meio mais adequado seria, primeiramente, enviar ofício ao MPT e ao MTE solicitando maiores informações sobre as situações flagradas durante a operação que aconteceu na semana contra o trabalho infantil. O ofício também deve solicitar informações sobre os encaminhamentos posteriores, a fim de identificar oportunidades de atuação do próprio Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem Profissional, como campanhas de conscientização e conversas com as famílias envolvidas, por exemplo.

Desa. Rejane sugeriu também a divulgação das empresas flagradas na operação, o que será verificado após o envio das informações pelos órgãos, em razão de possível investigação em andamento.

J. Márcio sugeriu também que seja enviada sugestão à Comissão de Justiça Itinerante do TRT da 4ª Região para que possa ser realizada atividade na região para tratar sobre o tema.

Deliberações/Resultados: A Asprodec irá providenciar o encaminhamento de ofício via Presidência ao MTE. A resposta será encaminhada para ciência e eventuais deliberações da Comissão.



Assunto 4, Saúde mental no ambiente de trabalho:

A pauta foi sugerida pela Desa. Brígida, que relatou sua preocupação com os casos de adoecimento mental no Tribunal e seu interesse em promover ações permanentes para combater e prevenir tal questão. Para tanto, por sugestão da Asprodec, foram convidadas três áreas que atuam na temática no TRT da 4ª Região a fim de verificar quais ações estão em andamento e evitar a sugestão de práticas em duplicidade.

Desa. Brígida deu boas-vindas aos(às) participantes externos(as) e mencionou o interesse da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente em atuar de forma conjunta na promoção de ações de cuidado para a saúde mental.

Guta informou que há diversas ações em andamento no Tribunal, de caráter permanente, para tratar da prevenção ao adoecimento mental. Citou algumas: acompanhamento funcional, ações preventivas dos Comitês de Assédio, capacitações, exames periódicos, encontro das pessoas que estão em teletrabalho, acompanhamento funcional, entre outras. Mencionou a importância da pesquisa de clima que será realizada com o objetivo de identificar como as pessoas estão e o que de fato elas querem, inclusive nessa temática da saúde mental.

Caroline mencionou que o TRT da 4ª Região tem a menor estrutura em saúde, comparada a outros Tribunais e que isso também impacta nas questões de saúde do corpo funcional. Apresentou também a recém criada Assessoria de Justiça Restaurativa, destacando que a Justiça Restaurativa é um método de trabalho que utiliza o espaço de fala para promover a saúde. Também referiu que o Tribunal está com um grupo de trabalho instituído para implementação da NR-1.

Des. Jardón comentou que as questões de saúde mental também têm origem na vida pessoal e não apenas estão relacionadas ao trabalho. A título de exemplo, destaca que sempre cuidou do seu gabinete como uma família, promovendo espaço para convívio dentro e fora do Tribunal, além de implementar um método para organização do trabalho que mantém o trabalho em dia e a saúde mental dos servidores de seu gabinete.

J. Maria Teresa mencionou que a Vice-Presidência Institucional sugeriu à



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

Presidência a publicação de um ato normativo que trata do direito à desconexão digital e que estabelece os períodos em que, salvo em caso de urgência, deve ser preservado o direito ao descanso e ao não atendimento de demandas não urgentes.

Fabiana comentou que está iniciando o trabalho da implementação da NR-1 com um grupo que tem várias áreas estratégicas do Tribunal, a partir do trabalho de diagnóstico, avaliação, implementação de ações e monitoramento. Sugeriu atenção na criação de novas iniciativas, já que há várias atividades em andamento no Tribunal sobre o tema.

J. Márcio sugeriu a participação do Programa Trabalho Seguro no grupo da implementação da NR-1, proposta que foi acolhida pela Fabiana.

Dr. Marco comentou que o TRT4 realiza atendimento assistencial, o que é um diferencial se comparado a maioria dos outros Tribunais (apenas outros 3 prestam serviço de assistência). Refere que não há demanda reprimida de atendimento em saúde mental. Todas as pessoas que precisam de atendimento estão sendo atendidas pela equipe. Acrescentou que o número de licenças pelo CID F não modificou de 2024 para 2025, a despeito de um aumento de 10% no tempo total de afastamento, sendo que, em 2026, no primeiro semestre se constatou uma redução no número de licenças e dias de afastamento.

Guta refere que a pesquisa anteriormente mencionada vai identificar o problema, inclusive sendo possível identificar os grupos que mais estão impactados pelo adoecimento mental. No âmbito dos Comitês de Assédio, Guta refere que já foi determinada a campanha contínua e permanente no Tribunal, inclusive já aprovada pela Presidência.

Caroline referiu que não é apenas uma ação que vai surtir efeito para prevenir o adoecimento mental, mas o conjunto de ações.

Desa. Rejane mencionou que já existem várias ações em andamento e que a Comissão deve focar naquilo que já existe, sem a necessidade de criar novas iniciativas. Também sugere uma programação da Assessoria de Justiça Restaurativa para atender os gabinete sem a necessidade de iniciativa da chefia ou



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

dos(as) servidores(as) a fim de evitar o constrangimento em solicitar o atendimento.

Desa. Brígida concluiu pela necessária divulgação das ações que já estão em andamento e da publicação permanente e frequente dessa temática no Portal Vox, inclusive com a inserção do tema nas telas dos computadores.

Guta sugeriu que as deliberações da reunião fossem comunicadas aos demais colegiados que atuam na temática.

Deliberações/Resultados: A Asprodec irá realizar um levantamento das iniciativas em andamento às unidades participantes da reunião e irá solicitar à Secom a publicação permanente das iniciativas junto ao Portal Vox.

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Propor à Presidência a criação de uma rede de apoio estrutural/organizacional para prestar assistência direta aos(às) magistrados(as) no caso de servidores(as) que estejam em fruição de licença-saúde.	Asprodec	24/07	
Enviar ofício ao MTE para solicitar informações sobre a operação de combate ao trabalho infantil	Asprodec	13/07	
Incluir o Programa Trabalho Seguro nas reuniões da implementação da NR-1	SeSaúde		
Propor uma programação de atendimento aos gabinetes	Assessoria de Justiça Restaurativa		
Realizar levantamento das ações de saúde mental que	Asprodec	24/07	



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.